

**HABEAS CORPUS Nº 514.272 - PR (2019/0162854-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : LEONARDO MENDES ZORZI E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MAURÍCIO STEGEMANN DIETER - PR040855  
CAIO PATRICIO DE ALMEIDA - PR072429  
LEONARDO MENDES ZORZI - PR082648  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : RAFAEL RIBAS  
**PACIENTE** : ANTONIO DE JESUS JUNIOR

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CULPOSO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM PRÉVIO WRIT, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DO ÓBICE PROCESSUAL REFERIDO NA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL RIBAS e ANTONIO DE JESUS JUNIOR, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que indeferiu o pleito liminar formulado no HC n.º 0025066-97.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que os Pacientes foram denunciados como incurso no art. 121, § 3.º (com incidência do § 4.º em relação ao Denunciado ANTONIO DE JESUS JUNIOR), c.c. o art. 13, § 2.º, todos do Código Penal, o que ensejou a impetração de prévio *writ*, buscando o trancamento da ação penal, cujo pleito liminar foi indeferido.

Daí o presente *mandamus*, no qual os Impetrantes sustentam que "*trata-se de imputação manifestamente atípica, pela ausência de relação de causalidade entre o imputado comportamento omissivo dos Pacientes e o resultado morte. Por essa razão, o processo penal deve ser trancado*" (fl. 21).

Alegam que "*as ações adotadas pela vítima no momento do acidente que resultou em sua morte, descumprindo os procedimentos de segurança da empresa,*

*constitui auto exposição ao perigo, implicando na impossibilidade de aperfeiçoar-se o nexo de causalidade entre a suposta omissão imputada aos Pacientes e o resultado típico" (fl. 38).*

*Aduzem que "o cargo de diretor de operações não corresponde a nenhuma das posições de garantia descritas no artigo 13, §2º do Código Penal. Não há fonte legal ou contratual que determine sua posição de garantidor e tampouco houve de criação de risco com seu comportamento anterior" (fl. 40).*

Requerem, liminarmente, a suspensão da audiência de instrução e julgamento marcada para o dia 17/06/2019. No mérito, pleiteiam o trancamento da ação penal.

É o relatório.

Decido.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na Instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido, que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de

qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

**No caso, não há ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal** – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça.

A decisão combatida consignou que (fls. 244-245; sem grifos no original):

"[...]

*Os Advogados MAURÍCIO STEGEMANN DIETER, CAIO PATRÍCIO DE ALMEIDA e LEONARDO MENDES ZORZI impetraram a presente ordem de habeas corpus em favor de RAFAEL RIBAS e ANTÔNIO DE JESUS JÚNIOR, que foram denunciados pela, prática, em tese, do crime de homicídio culposo por omissão (CP, art. 121, §3º c/c. art. 13, §2º) contra a vítima Carlos Alberto Fornazzari (mov. 3.1 – 0011953-92.2014.8.16.0019).*

*Sustentam a ausência da justa causa para recebimento da denúncia e processamento da ação penal, consistente na inexistência de nexo de causalidade entre as condutas imputadas aos Pacientes e o resultado, bem como na impossibilidade de imputação do resultado por ausência de incremento ou possibilidade de redução do risco.*

*Discorrem, ainda, pela ausência de dever de garantia do Paciente Rafael Ribas, como também pela impossibilidade concreta de agir para evitar o resultado pelo Paciente Antônio de Jesus Júnior.*

*Pugnam, a concessão liminar, com a suspensão da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17 de junho de 2019, às 13h30min e, ao final, a concessão definitiva do Writ com o trancamento da ação penal.*

**2. Dentro da estrita análise da causa, permitida ao Relator em sede de liminar, tomando por base os elementos encartados ao writ e bem assim analisando os temas suscitados pelos Impetrantes, entendo que não deva ser concedida a liminar pleiteada, mormente quando se vislumbra a existências de indícios suficientes de autoria e materialidade a recair sobre os Pacientes, bem como que a decisão hostilizada (mov. 149.1 dos autos 0011953-92.2014.8.16.0019) que indeferiu a preliminar arguida na resposta à acusação e designou a audiência de instrução e julgamento está devidamente fundamentada, em observância ao art. 93, IX, da Constituição Federal.**

*No tocante a alegada desídia da Autoridade Coatora por, na decisão hostilizada, constar nome estranho aos autos, tem-se que trata de mero erro material, o que não tem o condão de caracterizar qualquer descaso com as alegações apresentadas, até porque, como acertadamente fundamentou, as preliminares aventadas em sede de resposta à acusação confundem-se com o mérito, cuja análise se impõe quando finda a instrução processual.*

*Atinente ao pedido liminar, para que seja determinada a suspensão da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17 de junho de 2019, às 13:30 horas, não vislumbro motivos para a pretendia concessão, uma vez que não restaram comprovados eventuais prejuízos a serem suportados pelos Pacientes, caso realizada.*

*Da perfunctória análise dos autos, diante da descrição fática inserta na inicial acusatória e do conjunto probatório até então amealhado no feito, por ora, não verifico a aludida ausência da justa causa necessária para o recebimento da denúncia e processamento da ação penal, de modo que, a realização do ato instrutório não acarretará qualquer prejuízo aos Pacientes, do contrário, podendo beneficiá-los para sustentar as teses apresentadas pelos Impetrantes.*

*Desta feita, em sede de cognição sumária, inexistem motivos para autorizar a suspensão da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17 de junho de 2019, às 13:30 horas.*

*3. Diante do exposto, indefiro o pedido liminar."*

A propósito, o trancamento do processo-crime pela via do *habeas corpus* é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade do fato, a ausência de indícios capazes de fundamentar a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, circunstâncias, a princípio, não evidenciadas no caso em apreço.

Nesse sentido:

"[...]

*1. Devidamente narrada na denúncia a conduta culposa do ora paciente que, como técnico de segurança no trabalho, não teria observado e implementado cautelas constantes de normas de observância obrigatória na execução de obra civil, não há falar em falta de justa causa na persecução penal.*

*2. Narrativa de homicídio culposo, em tese, sendo descabido o pretendido trancamento da ação penal por atipicidade.*

*3 . Ordem denegada."* (HC 453.256/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; sem grifos no original.)

"[...]

*I - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie.*

"[...]

*III - No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, delineados na*

*denúncia por meio de diversos laudos periciais, segundo os quais os denunciados, médicos (diretor técnico e sócios) da clínica onde ocorreu incêndio em incubadora que foi a causa da morte de criança recém-nascida, negligenciaram na administração, estruturação, manutenção e fiscalização do local, bem como descumpriram normas de segurança.*

[...]

*Recurso em habeas corpus desprovido.*" (RHC 95.006/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018; sem grifos no original.)

"[...]

*4. Estando apta a denúncia, inadmissível o trancamento da ação penal por força da alegada atipicidade da conduta, da ausência de nexo de causalidade, da ausência de dolo criminoso, de ilegitimidade passiva do paciente, ou mesmo violação ao princípio da indivisibilidade da ação penal face a alegada seleção discricionária das pessoas que seriam denunciadas, já que carentes de demonstração por meio de instrução processual a ser desenvolvida apropriadamente no curso da ação penal. [...]*

*8. Habeas corpus denegado.*" (HC 316.778/BA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 23/08/2016; sem grifos no original.)

Diante do que registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora